

ANDRÉ SOUZA/CORREIO DA MANHÃ



Prefeito de São Paulo em evento do Republicanos na capital

Ricardo Nunes promete sancionar veto à publicidade de bets em SP

Antes do Presidente Lula acabar com as Bets no país, em anúncio feito na última sexta-feira (25), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), tinha afirmado que sancionaria o projeto que proíbe a publicidade de casas de apostas na capital paulista se a Câmara Municipal aprovasse a proposta em segunda votação. O texto passou em primeiro turno na quarta (23). A proibição abrange anúncios diretos e indiretos de apostas esportivas e jogos de azar online em eventos públicos ou privados na cidade. Também alcança espaços do transporte coletivo e áreas sob administração municipal. A proposta determina que a Prefeitura promova campanhas sobre os riscos financeiros e à saúde mental associados às apostas. A questão principal agora é saber se o projeto aprovado terá validade, uma vez que as bets passariam a ser proibidas em todo o território nacional.

Prefeito questiona Dino por bloqueio do Wi-Fi

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de suspender repasses para um contrato de Wi-Fi gratuito na periferia. Segundo Nunes, o serviço é pago com recursos municipais e não envolve emendas federais, objeto do inquérito conduzido pelo ministro. A Prefeitura pediu esclarecimentos ao STF. O prefeito também contestou suspeitas de irregularidades na contratação e afirmou que a medida pode afetar mais de 3 mil pontos de acesso à internet em SP.

VICTOR PIEMONTE/STF



Flávio Dino suspendeu repasses para contrato de Wi-Fi gratuito

Heliópolis recebe 1.275 escrituras de imóveis

A Prefeitura de São Paulo entregou escrituras de imóveis a 1.275 famílias da Gleba K, em Heliópolis, na zona sul, nesta sexta-feira (25). A distribuição ocorreu no CEU Meninos, pelo programa Escritura na Mão. Segundo a administração municipal, os títulos já foram registrados em cartório e formalizam a propriedade das moradias em nome dos beneficiários. A entrega integrou uma agenda de ações da Prefeitura de São Paulo na região do Ipiranga. A iniciativa de regularização recebeu investimento de R\$ 3,5 milhões.

Regularização soma 101 mil títulos na capital

Segundo a Prefeitura, a capital superou os 101 mil imóveis regularizados desde 2021. Desse total, mais de 49,3 mil tiveram a documentação concluída entre 2025 e 2026. A Secretaria Municipal de Habitação atua na regularização de núcleos urbanos consolidados, enquanto a Cohab-SP emite escrituras definitivas dos empreendimentos sob sua responsabilidade. A Cohab-SP adquiriu o terreno da Gleba K em 1987.

Nunes veta Zona Azul

O prefeito Ricardo Nunes vetou o projeto que dispensava oficiais de justiça do pagamento da Zona Azul durante o serviço em São Paulo. A proposta, aprovada pela Câmara, é de Celso Giannazi (PSOL) e Gilberto Nascimento (PL). A categoria diz que usa seus veículos próprios para cumprir mandados e arca com o estacionamento.

Câmara decide futuro

A Prefeitura alegou que a concessão do estacionamento rotativo exige compensação para gratuidades. Ainda apontou a falta de estimativa do impacto nas contas públicas e questionou o prazo de regulamentação prevista. A associação dos oficiais criticou a decisão. O veto já volta à Câmara e pode ser derrubado por maioria de vereadores.

Flávio cita Nunes

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), minimizou a fala do senador Flávio Bolsonaro (PL) sobre uma ida dele a um hospital veterinário municipal. O comentário ocorreu durante uma transmissão de campanha com a participação do governador Tarcísio de Freitas. Nunes havia mencionado a inauguração da unidade quando Flávio fez a brincadeira.

Prefeito avalia fala

Nunes afirmou ter entendido a fala como um elogio à qualidade do atendimento oferecido aos animais pela Prefeitura, e não como uma ofensa. Flávio fez o comentário enquanto o prefeito conversava com Tarcísio sobre o novo hospital. Nunes já atua como um dos cabos eleitorais do senador em São Paulo na campanha presidencial de 2026.

STJ nega liberdade

O ministro Rogerio Schietti Cruz, do STJ, rejeitou o habeas corpus apresentado pela defesa do ex-vereador paulistano Milton Leite contra a prisão temporária na Operação Decurio. A investigação apura a suposta infiltração do PCC em empresas de ônibus no estado. Segundo o relator, a Justiça de São Paulo fundamentou a necessidade da medida.

Apuração mira ônibus

A defesa contestou a forma como a prisão foi decretada e alegou falta de necessidade e proporcionalidade. Para o ministro, a custódia permite a coleta de provas em uma investigação complexa. Milton Leite é suspeito de operar empresas ligadas à facção e de ser o dono de fato de uma delas. O STJ não analisou o mérito das acusações.



Marçal é multado após acusar Nunes de conduta criminosa

STF mantém multa de R\$ 30 mil a Pablo Marçal em SP

Recurso sobre acusações no pleito de 2024 foi rejeitado pelo Supremo

Da Redação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou um recurso de Pablo Marçal (PRTB) e manteve a multa eleitoral de R\$ 30 mil imposta ao ex-candidato à Prefeitura de São Paulo. A multa decorre de publicações feitas durante a campanha de 2024 em que associou o então adversário Ricardo Nunes (MDB) ao caso conhecido como máfia das creches.

A decisão foi tomada em 26/08 e transitou em julgado em 22 de setembro. Os autos foram encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A multa é destinada ao Fundo Partidário; não se trata de indenização paga ao prefeito.

Em redes sociais, Marçal afirmou que Nunes e familiares teriam recebido recursos ligados à alimentação escolar. Também atribuiu ao prefeito a apropriação de R\$ 1 bilhão no suposto esquema e alegou que ele seria preso se não ocupasse o cargo. As afirmações integraram a disputa pela Prefeitura, vencida por Ricardo Nunes.

Ao analisar o recurso, Gilmar Mendes considerou que as publicações ultrapassaram os limites da crítica política e atingiram a honra. O ministro levou em conta a divulgação em plataformas de amplo al-

cance, perto da data de votação, e o potencial de influenciar a percepção dos eleitores, caracterizando o conteúdo divulgado como propaganda eleitoral negativa.

A fundamentação da decisão também distingue suspeitas investigadas de condenação criminal. Nunes chegou a ser alvo de apuração relacionada ao caso das creches, mas não recebeu condenação definitiva. O inquérito sobre sua participação foi arquivado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) em agosto de 2025. A multa aplicada a Marçal se refere ao conteúdo divulgado na campanha, e não constitui julgamento do prefeito sobre os fatos investigados.

A investigação da chamada máfia das creches começou em 2019. Segundo a PF, entidades responsáveis pela gestão de unidades conveniadas com a Prefeitura de SP teriam participado de irregularidades que incluíam superfaturamento e emissão de notas fiscais falsas. A apuração examinou a movimentação de recursos públicos destinados à educação infantil entre 2016 e 2020.

Pablo Marçal ficou fora da disputa presidencial de 2026 após o TSE torná-lo inelegível até 2032 por uso indevido dos meios de comunicação.